

SUMMIT

Patente na saúde em debate

Avanços de inovações em soluções terapêuticas e a pesquisa no Brasil são pontos centrais do evento promovido pelo **Correio**

» JUNIO SILVA
» JÉSSICA ANDRADE

O **Correio Braziliense** promoverá, em 4 de maio, o evento Propriedade intelectual na agenda pública: o que está em jogo para a saúde? Em parceria com a Interfarma, o encontro reunirá especialistas e autoridades para discutir os principais desafios do setor no país.

O objetivo do evento é abordar, a partir de painéis e palestras, as recentes ameaças à propriedade intelectual e os impactos econômicos e sociais, além de lançar um olhar atento ao desenvolvimento sustentável e ao acesso a novas tecnologias. Entre os convidados confirmados no encontro, está o presidente do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), Júlio César Moreira.

O tema representa um grande desafio para a área da saúde, como aponta o economista Pedro Bernardo, já que um ambiente juridicamente instável pode atrasar inovações em soluções terapêuticas.

“Até 1996, o Brasil não reconhecia patentes farmacêuticas, situação que mudou com a promulgação da Lei de Patentes”, afirma. “Nesse período, muitas empresas nacionais optaram por reproduzir medicamentos desenvolvidos no

exterior, em vez de investir em pesquisa própria. Como consequência, o país consolidou-se como um grande produtor de cópias, mas avançou pouco em inovação”.

O economista explica que, com um ingresso tardio do Brasil na corrida tecnológica do ramo, o país ainda se mantém dependente da importação de soluções terapêuticas desenvolvidas por empresas voltadas à pesquisa.

“A introdução de uma inovação tende a estimular concorrentes a desenvolver soluções equivalentes ou superiores. Sem proteção patentária, porém, o incentivo muda: torna-se mais vantajoso copiar do que investir em pesquisa, que envolve riscos elevados”, declara.

Para exemplificar a necessidade de inovação no campo da saúde, Pedro Bernardo cita os avanços recentes de vacinas contra a covid-19 ou os tratamentos para hepatite C e HIV. “A inovação envolve, por natureza, alto risco: exige investimentos significativos sem garantia de retorno. Quando esse cenário se combina com um ambiente regulatório instável ou imprevisível, o efeito tende a ser ainda mais negativo. A insegurança jurídica reduz a atratividade para investimentos e desestimula o desenvolvimento de novas tecnologias”, observa o especialista.

CPNU 2 chama 3,1 mil aprovados

Reprodução/Instagram



O governo federal autorizou a nomeação de 3.147 candidatos aprovados na segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 2). A medida foi formalizada por meio da Portaria MGI nº 3.356, assinada pela ministra Esther Dweck (foto) e publicada na edição de ontem do *Diário Oficial da União*. Caberá, agora, a cada órgão e entidade contemplados conduzir os procedimentos de convocação, nomeação e posse dos aprovados. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), responsável pela portaria, realizará as nomeações apenas para cargos de seu próprio quadro. As demais instituições deverão verificar a disponibilidade de vagas e publicar os atos necessários conforme seus cronogramas e demandas administrativas. Os aprovados ocuparão cargos de nível médio e superior distribuídos em 36 órgãos federais, incluindo agências reguladoras, ministérios, fundações e instituições vinculadas às Forças Armadas e à área da saúde. O maior volume de vagas está concentrado no próprio MGI, com 1.250 cargos autorizados. Na sequência, destacam-se o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com 300 vagas, e os comandos militares, como o Comando da Marinha (140), o Comando do Exército (131) e o Comando da Aeronáutica (90). Na área da saúde, foram autorizadas nomeações para unidades vinculadas ao Ministério da Saúde, como o Instituto Nacional do Câncer (78 vagas), o Instituto Nacional de Cardiologia (75) e o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (94).



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
CNPJ Nº 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. 82.879.781

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



BALANÇO PATRIMONIAL 2025

ATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2025

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
CIRCULANTE			
Disponibilidades - Nota 04	52.389	58.299	71.173
Contas a Receber - Nota 05	9.259	8.292	4.753
	108.657	112.661	117.196
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais - Nota 06	52.929	47.212	36.225
	56.134	50.084	38.777
IMOBILIZADO - Nota 08			
	1.667.833	1.644.850	1.642.924
	1.689.635	1.666.652	1.662.253
	1.745.769	1.716.736	1.701.030
TOTAL DO ATIVO	1.854.426	1.829.397	1.818.226

PASSIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2025

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
CIRCULANTE			
Provisão para Contingências - Nota 10	-	-	434.668
Salários a Pagar - Nota 11	35.460	28.638	26.735
Obrigações a Pagar - Nota 12	115.771	64.064	47.782
Fundação REFER Nota 19.3	392.538	377.811	360.618
	603.687	515.696	928.831
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Contingências - Nota 10	2.390.072	2.212.133	676.700
Obrigações a Pagar - Nota 12	180.414	-	-
Fundação REFER - Nota 19.3	2.706.775	2.793.189	2.840.313
	5.277.261	5.005.322	3.517.165
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) - Nota 13			
Capital Social Realizado - Nota 13.1	6.548.725	6.456.613	6.325.714
Recursos para Aumento de Capital - Nota 13.3	99.078	99.678	166.957
Prejuízos Acumulados Nota 13.4	(10.674.325)	(10.248.105)	(9.121.129)
	(4.026.522)	(3.691.621)	(2.627.770)
TOTAL DO PASSIVO	1.854.426	1.829.397	1.818.226

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE 2025

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
RECEITA BRUTA - Nota 14		
Transportes Ferroviários	64.219	76.534
Aluguéis e Arrendamentos	3.692	3.690
	67.911	80.224
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	67.545	79.858
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 15	(657.328)	(621.282)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(589.783)	(541.424)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais e Administrativas - Nota 16	(437.902)	(188.620)
	(505.716)	(1.446.967)
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(1.095.499)	(1.988.391)
Subvenções para Custeio - Nota 17	1.285.346	1.227.513
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	189.847	(760.878)
RESULTADO FINANCEIRO - Nota 18		
	(605.721)	(365.397)
PREJUÍZO OPERACIONAL	(415.874)	(1.126.275)
Resultado da Baixa de Bens	(10.539)	(1.196)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(426.413)	(1.127.471)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JULIANE SANTOS ARAUJO
Gerente Técnica de Contabilidade e Custos
CRC-RJ 116.263/O-7-T-DF

ADRIANA FONSECA LINS
Diretora de Administração e Finanças
Interina

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente